1833-35. **VI Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p.13-29.

MARTINS, Roberto B. - 1982. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Texto para Discussão N. 10**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

MARTINS, Roberto B. - 1994. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. **Texto para Discussão N. 70**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG.

MATA-MACHADO, Bernardo - 1991. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

PAIVA, Clotilde A., CARVALHO, José Alberto M. de, LEITE, V. da M. - 1990. Demografia. *In*: IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE.

PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C. - 1993. A middle path: slavery and natural increase in Nineteenth-century Minas Gerais. **Latin American Population History Bulletin**. Minneapolis (MN). 23:2-15, spring.

PAIVA, Clotilde A., LIBBY, Douglas C., GRIMALDI, Márcia - 1988. Crescimento natural dos escravos: uma questão em aberto. **IV Seminário sobre a Economia Mineira, Anais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. p. 11-32.

PRADO, Bárbara Brandão de Almeida - 1989. População escrava no município de São Carlos (1856-1887). *Paper* apresentado no **Congresso sobre História da População da América Latina**. Ouro Preto (Belo Horizonte).

SCHWARTZ, Stuart - 1988. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: CNPq.

SLENES, Robert - 1985. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. **Cadernos do IFCH - UNICAMP Nº 17**. Campinas. jun.

População e Família – São Paulo – vol. 1, nº 1, p. 235-260, jan./jun. 1998.

DEMOGRAFIA E LAÇOS DE PARENTESCO NA POPULAÇÃO ESCRAVA MINEIRA: MARIANA 1750-1850

Carla Maria C. de Almeida[1]

Já vai longe o tempo em que o modelo de escravidão brasileira descrito por Gilberto Freyre em Casa Grande e Senzala e seguido por décadas por várias gerações de historiadores, era consensual. Fazia parte da historiografia sobre a escravidão a idéia do Brasil como área de grandes *plantations* concentradoras de enormes plantéis de escravos. Muitos estudos foram realizados neste meio tempo e permitiram consideráveis avanços quando se trata de compreender melhor os complexos mecanismos de funcionamento da economia colonial. Nesse sentido, a noção da predominância de grandes propriedades escravistas no Brasil vem sendo relativizada, principalmente quando comparada com os padrões de posse que existiram nas ilhas caribenhas, por exemplo.

Ademais, paralelamente à estas investigações tem-se descortinado uma grande complexidade de fenômenos intervenientes na conformação do escravismo moderno. Dentre estes se destaca a questão da família escrava. Este artigo pretende ser uma pequena investigação sobre a dinâmica da família escrava procurando entendê-la à luz da estrutura econômica da região. Já não se trata de provar a existência de relações de parentesco entre a população cativa, mas sim, de entender que fatores favoreceram ou dificultaram a formação destes mesmos laços.

Tomaremos para a análise o termo de Mariana – um dos principais distritos de Minas no período áureo da mineração –, no período de 1750 a 1850. As fontes privilegiadas foram os inventários post-mortem. Levantamos todos os inventários existentes nos cartórios de I e II ofícios existentes para os anos terminados em zero dentro da nossa periodização. Com isto, estaremos trabalhando com uma amostragem de 366 inventários que registram um total de 2942 escravos.

O marco temporal de 1750 a 1850 foi escolhido por abarcar o momento de auge minerador e também o período considerado pela

1 Professora assistente da Universidade Federal de Juiz de Fora e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense.

historiografia tradicional como de "decadência" e "estagnação" da economia mineira. Além disso, tal período nos parece privilegiado na medida em que permite estabelecer uma periodização que comporta distintas fases da economia, quais sejam: um primeiro subperíodo onde há o predomínio da mineração (1750-1770: auge minerador), um outro de rearticulação das unidades produtivas em direção à produção de artigos de subsistência (1780-1810: acomodação evolutiva) e, finalmente, um terceiro subperíodo que marca o momento de consolidação definitiva das atividades de subsistência como produção mercantil para o abastecimento do mercado inter e intra provincial (1820-1850: economia mercantil de subsistência[2]).

Características da Estrutura de Posse em Mariana

Em Mariana, os donos de 1 a 5 escravos sempre representaram mais de 40% do total de proprietários[3]. No entanto, nunca detiveram mais do que 13% dos cativos, sendo que no primeiro subperíodo concentravam apenas 7,3%, enquanto que 17,2% dos proprietários (+ 20 escravos) ficavam com 47,5% dos escravos. Pela tabela I percebemos que, com o declínio da atividade mineradora, houve um processo de desconcentração da posse de escravos que se evidencia no aumento numérico das faixas de pequenos plantéis (1-5 e 6-10) e também do percentual de cativos por elas detidos.

2 As expressões *acomodação evolutiva* e *economia mercantil de subsistência*, foram emprestadas de Douglas Cole Libby. Para um melhor esclarecimento desta periodização ver: Almeida, Carla Maria Carvalho de, Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750-1850, Niterói, 1994, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense.

3 Levando-se em consideração as especificidades da região, trabalhamos com as seguintes faixas de tamanho de plantel:
pequenos proprietários: 1-5 e 6-10 escravos
médios proprietários: 11-20 escravos
grandes proprietários: + 20 escravos

Tabela1: Variação da Estrutura de Posse de Escravos em Mariana por subperíodos

FTP	1750 % Prop.	a 1770 % Escravos	1780 % Prop.	a 1810 % Escravos	1820 % Prop.	a 1850 % Escravos
1-5	41,4	7,3	45,4	13,2	46,6	13,1
6-10	6,9	4,2	26,4	19,3	25,6	20,3
11-20	34,5	41,0	19,1	27,2	19,9	32,4
+20	17,2	47,5	9,1	40,3	7,9	34,2
Total	100	100	100	100	100	100
S/E	14,7	-	14,1	-	13,7	-

Fonte: Inventários do I e II Ofícios da Casa Setecentista de Mariana[4].
FTP : Faixas de tamanho de plantel; Prop.: Proprietários
S/N : Percentual de inventários sem escravos

No decorrer do período analisado, a alteração mais profunda na estrutura de posses ocorreu na passagem do primeiro para o segundo subperíodo, quando houve um grande crescimento do número de proprietários na faixa de plantel de 6-10 em função de uma queda de aproximadamente 50% das faixas 11-20 e +20. Do segundo para o terceiro subperíodo as transformações são mínimas, sendo que a mais significativa se verificou na distribuição do número de escravos pelas várias faixas de tamanho de plantel, que se tornou bem mais equitativa que nos períodos anteriores.

Tal situação confirma a pertinência da periodização proposta e reforça a caracterização do período de 1780 a 1810 como uma fase de acomodação evolutiva. As mudanças bruscas ou profundas na estrutura de posses neste período em relação ao anterior indicam claramente que foi nesse momento que a economia da região se rearticulou internamente, passando a agropecuária ao papel de atividade principal. É muito condizente com esse tipo de produção a presença de plantéis pequenos e médios, já que, embora capazes de gerar dinamismo e certo grau de acumulação, não resta dúvida que estas atividades são muito menos lucrativas e exigem um menor contingente de mão-de-obra que a mineração, por exemplo. No momento seguinte, o novo perfil econômico da região, expresso na modificação da estrutura de posse de escravos, já estava definitivamente consolidado e se manteve até pelo menos 1850.

Portanto, até 1850 a base de sustentação do regime escravista em Mariana estava amplamente assegurada, visto o grande núme-

4 Daqui para frente, C.S.M.

5 Libby, Douglas Cole, *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais, do século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 105.

ro de pequenos proprietários existente, que no período de 1820 a 1850 chegou a alcançar 72,2% do total dos donos de escravos. Segundo Douglas Libby, após 1850, em função do desenvolvimento da cafeicultura, haveria uma nova diminuição dessa base, em decorrência de um aumento da concentração de cativos em menos mãos[5]. Se aceitamos os dados de Libby como corretos, podemos definir o seguinte quadro:

Período	Ativ. principal	Nível de concentração
1750-1770	mineração	maior concentração (menor número de peq.props.)
1780-1850	agropecuária	desconcentração (aumento dos peq.props.)
após 1850	agropecuária e cafeicultura	nova concentração (diminuem os peq.props.)

Sexo, Idade e Origem: Crescimento Natural?

São muitos os estudos que nos últimos anos tem demonstrado que a mão-de-obra escrava foi a base em que se acentou a economia mineira desde os primórdios da colonização até pelo menos o final do período por nós analisado. A questão que permanece em aberto é a seguinte: em que bases se deu o crescimento dessa população?

Tem razão Roberto Martins quando diz que a "direção do tráfico é absolutamente inequívoca. A província teria sido um considerável importador líquido de escravos, mesmo com uma população estável ou naturalmente crescente"[6]. No entanto, no que diz respeito à região que estamos trabalhando, esta última consideração parece ter um peso maior do que normalmente se lhe atribui. Os índices vitais que encontramos parecem indicar uma importação constante mas um crescimento natural bastante significativo à medida em que avança o século XIX. Analisemos tais índices.

Os estudos sobre as populações escravas nas Américas demonstram que a preferência dos senhores pela compra de homens adultos no mercado de cativos definia um padrão de tráfico em que era quase ausente a presença de crianças e escasso o número de mulheres. A oferta, porque assim pedia a demanda, era quase sem-

6 Martins, Roberto Borges, "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora", *Estudos Econômicos* vol.13, n. 1, São Paulo, jan./abr. 1983, p. 187.

pre de homens adultos jovens. Dessa forma, quanto mais altas fossem as taxas de masculinidade de uma dada população maior capacidade teria essa sociedade de importar escravos e mais engajada estaria no tráfico negreiro. Por outro lado, quanto maior a presença africana entre os cativos, maior a desproporção entre os sexos[7].

Com base em dados coletados nos inventários post-mortem de Mariana, montamos as tabelas II e III. Quando as analisamos conjuntamente, percebemos que a razão de masculinidade geral decai à medida em que diminui o percentual de africanos na população cativa. É o aumento de escravos crioulos, e conseqüentemente a diminuição da razão de africanidade, que puxa para baixo as taxas de masculinidade geral, já que, entre os africanos, elas permanecem altíssimas até o final do período e entre os crioulos ficam mais ou menos estáveis (ver gráfico I). Portanto, nesse aspecto, a dinâmica da população escrava em Minas Gerais tendeu a seguir os mesmos padrões dos demais sistemas escravistas americanos.

Tabela 2 : Origem da População Escrava de Mariana, 1750-1850

Ano	Africanos Número	%	Crioulos Número	%	Razão de africanos*
1750	101	61,2	64	38,8	157,8
1760	52	60,5	34	39,5	152,9
1770	62	48,4	66	51,6	93,9
1780	72	51,8	67	48,2	107,5
1790#	182	73,4	66	26,6	275,8
1800	151	44,2	191	55,8	79,1
1810	147	41,6	206	58,4	71,4
1820	152	34,5	289	65,5	52,6
1830	167	34,2	321	65,8	52,0
1840	95	42,0	131	58,0	72,5
1850	92	27,5	243	72,5	37,9
1750-1850	1.273	43,1	1.678	56,9	75,9

Fonte: Inventários do I e II Ofícios da C.S.M.
* Razão de africanos é o número de escravos africanos dividido pelo número de crioulos e multiplicado por 100.
# Para o ano de 1790 os números parecem tão díspares dos demais por trazerem os escravos de Domingo Pires, grande minerador e comerciante, que é o único inventário com mais de 100 escravos encontrado (128) e com características muito distintas da média, ou seja, só 11 escravos eram crioulos e só 5 mulheres, sendo 4 delas crioulas.

7 Libby, Douglas Cole, op. cit., 1988, p. 56-57; Schwartz, Stuart B., *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo: Cia. das Letras, 1988, p. 288.

Stuart Schwartz sugere que as áreas menos fortemente ligadas à economia de exportação apresentariam menores razões de masculinidade e africanidade, e maior número de crioulos, mulheres e crianças[8]. A tabela III mostra que, em Mariana, embora com tendência declinante, as taxas de masculinidade foram desde 1750 até 1850 muitíssimo elevadas, principalmente entre os africanos. Considerando que a partir de 1770 a economia mineira entra em um processo de mudança e a atividade principal passa a ser a produção agropecuária para o mercado interno, estes dados se revelam surpreendentes!

Tabela 3: Sexo e Origem na População Escrava de Mariana, 1750-1850

Ano	Pop. Homens	Africana Mulheres	RM	Pop. Homens	Crioula Mulheres	RM	RM* geral
1750	86	15	573	37	27	137	293
1760	39	12	325	14	20	70	166
1770	53	9	589	36	30	120	228
1780	61	10	610	32	35	91	207
1790	**168**	**7**	**2.400**	**40**	**26**	**154**	**630**
1800	132	19	695	90	101	89	185
1810	121	26	465	106	100	105	180
1820	123	29	424	160	129	124	179
1830	141	25	564	161	160	101	163
1840	77	18	428	63	68	93	163
1850	78	14	557	134	109	123	172
Per.#	1.079	184	586	874	805	109	198

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

* RM= Razão de masculinidade. A RM é calculada dividindo-se o número de homens pelo número de mulheres e multiplicado por 100.

\# Per.= Periodo, ou seja, 1750-1850.

Para o ano de 1790 valem os mesmos comentários da tabela II.

Quando comparamos as taxas de masculinidade encontradas para Mariana com as de regiões caracteristicamente agroexportadoras, a surpresa é redobrada. Embora seja problemática a comparação entre períodos distintos, parece-nos válido fazê-lo quando não se têm disponíveis outros recursos. Além disso, os dados que vamos comparar foram obtidos através de uma mesma metodologia, o que confere certo grau de coerência ao procedimento.

Em texto ainda inédito, José Roberto Góes e Manolo Florentino encontraram para o período de 1790 a 1830 uma porcentagem de

8 Schwartz, Stuart B, op. cit., 1988, p. 290.

homens na população cativa da região do agro fluminense variando de 59,8% nos pequenos plantéis a 60,7% nos grandes[9]. Para a população escrava baiana entre 1710 e 1827, os dados de Schwartz indicam uma taxa de masculinidade geral de 66,2%[10]. Mariana teve a maior de todas as taxas: entre 1750 e 1850, os homens representaram 66,4% desta população (ver tabela IV). Como, o termo de Mariana, tendo a menor porcentagem de africanos dentre as três regiões, pôde apresentar a maior taxa de desproporção entre os sexos? E ainda, como explicar que uma área de produção para o mercado interno tenha tido taxas tão mais elevadas do que regiões produtoras de açúcar para exportação? A resposta parece estar no altissimo número de homens dentro da população escrava africana existente em Mariana.

Tabela 4: Comparação entre Taxas (%) de Masculinidade e Africanidade no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais - Séculos XVIII e XIX

TAXAS (%)	Mariana 1750-1850	Bahia 1710-1827	RJ 1790-1830
Taxa geral de masculinidade	66,4	66,2	60,3
Taxa de masc. entre africanos	85,4	70,7	65,2
Taxa de masc. entre crioulos	52,1	56,6	54,6
Taxa de africanidade	43,1	68,0	56,4

Fontes: Mariana: Tabelas II e III.
Bahia : SCHWARTZ, Stuart B. *Op. cit.*, 1988, p. 290.
RJ : FLORENTINO, Manolo e GOES, Jose Roberto. *Op. cit.*

Embora um percentual de 43,1% de africanos compondo a população cativa seja um número bastante considerável e, com os dados que temos, seja difícil dizer se o maior percentual de crioulos decorreu da menor importação ou da grande reprodução natural, não resta dúvida que a região de Mariana dependeu menos do comércio de africanos para repor sua mão-de-obra escrava do que aquelas outras duas. Basta dizer que, de 1600 até o fim do período colonial, a população escrava baiana foi composta em média por 70% de africanos[11] e, em Mariana, mesmo nos momentos de auge minerador,

9 Florentino, Manolo, Góes, José Roberto, A paz das senzalas, (texto inédito). Como os autores organizam os dados por períodos e tamanho de plantéis, calculei as médias simples da tabela que apresentam.

10 Schwartz, Stuart B, op. cit., p. 290.

11 Idem., 1988, p. 289.

esta proporção não foi além dos 61%, ficando a média do período em torno de 43%[12].

O que elevou enormemente a razão de masculinidade geral da população cativa foi a preferência quase absoluta por importar africanos homens, que permaneceu uma constante em todo o período. Embora esta fosse uma tendência dos sistemas escravistas americanos, em Minas Gerais ela foi levada ao limite. Em média, 85% dos africanos da região eram do sexo masculino. Esse número foi maior durante a fase de acomodação evolutiva (1780-1810), que registrou 618 de razão de masculinidade entre os africanos, a maior de todo o período[13]. Nessa fase, somente 11,3% da população cativa africana existente em Mariana eram do sexo feminino. Talvez seja possível afirmar que, em momentos de acomodação, mesmo que se importem menos escravos a preferência pelos homens é quase total. Compram-se poucos, mas compram-se os mais capazes. Ou seja , há uma propensão a tentar maximizar os lucros dos poucos investimentos possíveis.

Uma objeção que se poderia fazer às características de uma economia muitíssimo dinâmica como a que estes dados parecem sugerir seria dizer que, embora com índices tão altos, esta população era envelhecida, ou seja, herdada do período minerador. No entanto, a tabela V nos mostra a grande presença de adultos jovens, que tendeu a aumentar no decorrer do período, o que significa aquisições recentes. Entre os africanos o aumento foi muito maior, evidenciando que estes eram produto de compra recente e confirmando ainda mais a tendência a maximizar a taxa de lucro do investimento.

12 Como já foi mencionado anteriormente, o ano de 1790 constitui uma exceção pelo fato de trazer os dados do único inventário com mais de 100 escravos e com padrões que diferem muito dos demais. Quando retiramos dos cálculos este inventário a proporção de africanos para o ano de 1790 cai para 55,2%.

13 Este número foi obtido sem considerar o inventário de Domingos Pires de 1790. Com esse inventário a RM subiria para 788,7. O primeiro subperíodo (1750-1770) teve 495,4 de razão de masculinidade e o terceiro (1820-1850), 487,2.

Tabela 5 : % de Escravos Africanos Homens com Idade entre 15-40 anos na População Escrava Masculina de Mariana - 1750-1850

Períodos	Total de escravos africanos masc.	Total afr. masc. 15-40 anos	% afr. masc. 15-40 anos
1750-1770	171	87	50,9%
1780-1810	470	257	54,7%
1820-1850	397	232	58,4

Fonte: Inventários *post mortem* I e II Ofícios - C.S.M.

Em outras palavras, embora só sendo capaz de reproduzir positivamente (ou repor internamente), parte da sua força de trabalho escrava, Minas Gerais, ou pelo menos a região que estamos trabalhando, foi muito menos dependente do tráfico negreiro do que as províncias da Bahia ou do Rio de Janeiro. Esta constatação confirma as hipóteses da nossa dissertação de mestrado acerca da tendência de Minas para a diversificação econômica; a "substituição de importações" ou para a auto-suficiência; sempre integrada ao mercado. Foi com esse recurso, expresso também na questão da mão-de-obra, que a economia mineira conseguiu se manter dinâmica mesmo em fase de rendimentos decrescentes. As taxas de africanidade e masculinidade declinantes no decorrer do período analisado parecem indicar que, à medida que diminuía sua capacidade de importar, Minas Gerais passou a depender mais da reprodução natural e, talvez, tenha conseguido fazê-lo diminuindo os níveis de exploração da força de trabalho.

Para o período pós-fechamento do tráfico é quase inevitável que assim fosse. Segundo Libby, as evidências apontam para um aumento da capacidade de reprodução da população escrava que refletiria melhores condições de sobrevivência. Nos seus cálculos econômicos, os senhores passaram a levar mais em consideração a necessidade de um melhor tratamento dos cativos. Afinal, tratava-se então de garantir o crescimento dos seus investimentos e a manutenção de uma população que não poderia mais ser tão facilmente reposta. As baixas razões de masculinidade encontradas no Recenseamento de 1872 indicam que, na década de 1870, a população cativa estava "tão capacitada para reproduzir-se quanto seria possível" e, portanto, poderia haver um reprodução maior do que a necessária para só manter os níveis da escravaria existente[14].

14 Libby, Douglas Cole, op. cit., 1988, p. 60. Mais adiante o autor chama a atenção para o equívoco em se falar de *breeding* semelhante ao do Sul norte-americano para o caso de Minas Gerais.

No que diz respeito ao período anterior, o abrandamento dos níveis de exploração e o conseqüente aumento da capacidade de reprodução da população escrava integram apenas uma hipótese[15]. Mesmo assim, algumas taxas vitais parecem nos indicar que este foi o caminho seguido pelo sistema escravista mineiro.

Mapas de população existentes no Arquivo Público Mineiro demonstram que, no ano de 1844, dos 36 municípios para os quais se tem informação, 27 tiveram o número de nascimentos superando o de óbitos entre a população escrava, sendo o saldo de 1.147. Em 1845 o saldo foi de 340. Relatórios de Presidente da Província dos anos de 1852 e 1855 também trazem tabelas que indicam crescimento natural positivo dessa população. Para o ano de 1851 o número de nascimentos superou o de óbitos em 1.827. Já nos anos de 1853 e 1854 esse número foi de 3.302 a favor dos nascimentos[16].

Utilizando um conjunto distinto de fontes, os nossos resultados vão nesse mesmo sentido e podem se juntar aos anteriores para melhor delinear o quadro desse processo.

A razão de dependência e a razão criança/mulher[17] nos indicam as possibilidades de auto-reprodução de uma dada população. Uma pequena razão de dependência evidencia baixa expectativa de vida para os adultos e alta taxa de mortalidade infantil. Já a razão criança/mulher mede a capacidade de reprodução das mulheres. No caso da população escrava, quanto menor essa taxa, maior dependência do tráfico negreiro terá o sistema escravista, pois necessitará fazer constantes acréscimos de cativos por essa via para manter o plantel estável ou em crescimento.

15 A mesma questão foi também sugerida como hipótese por vários autores sem que se tenha chegado a conclusões mais definitivas. Idem, Luna, Francisco Vidal, Cano, Wilson, "Economia escravista em Minas Gerais", *Cadernos IFCH-UNICAMP* n. 10, Campinas: out. 1983. Paiva, Clotilde, Libby, Douglas Cole, Grimaldi, Márcia, "Crescimento da população escrava: uma questão em aberto", *IV Seminário sobre Economia Mineira, Anais...* Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1988.

16 Libby, Douglas Cole, op. cit., 1988, p. 70.

17 Na ausência de taxas mais apropriadas, tomamos a razão criança/mulher como um indicador da possibilidade de fertilidade da população escrava feminina.

Tabela 6 : Taxas de Dependência e Fecundidade entre a População Escrava Rio de Janeiro, Bahia e Mariana - Séculos XVIII e XIX

	Mariana 1750-1850	RJ 1790-1830	Bahia 1788
Razão de dependência	0,92	0,84	0,69
Razão de dep.entre crioulos	1,20	-	0,85
Razão criança/mulher	0,94	-	0,60

Fontes: Mesmas da tabela 4.

Embora os indicadores da fecundidade possível e as taxas de dependência encontradas para o município de Mariana não nos permitam dizer que o crescimento natural fosse o único fator responsável pela reposição do plantel escravo, elas sugerem que houve em Minas Gerais melhores condições de reprodução e de sobrevida para essa população. À primeira vista, os números muito mais elevados dessas taxas em Mariana do que na região do Recôncavo Baiano ou do meio rural do Rio de Janeiro (ver tabela VI) parecem indicar que é correta a afirmação presente na historiografia sobre a escravidão, a respeito da ligação entre os níveis de produtividade da economia e a exploração física dos escravos. Ou seja, no Rio de Janeiro e na Bahia, áreas diretamente ligadas à produção para exportação, as chances de crescimento vegetativo e de expectativa de vida eram diminuídas pela grande exigência física que se fazia ao escravo.

No entanto, o que se verifica é que em Mariana tais taxas eram maiores no período de auge minerador do que nos momentos seguintes, quando Minas Gerais já estava claramente se dedicando às produções endereçadas ao abastecimento interno (ver tabela VII). Portanto, mais do que uma relação direta entre economia de exportação e altos níveis de exploração da força de trabalho, parece que tais situações são definidas historicamente e estão mais relacionadas ao tipo de organização da atividade produtiva principal, que determina o tipo de relação que se estabelece com o escravo. Vejamos.

Em Minas Gerais, desde o início do estabelecimento da lide mineradora e pelas características específicas dessa atividade, os cativos sempre tiveram mais mobilidade e maiores possibilidades de escapar de sua condição. Vidal Luna e Wilson Cano chamam a atenção para a grande ocorrência de alforrias e também para a as-

censão dos libertos à condição de proprietários de escravos, que chegaram a constituir uma parcela significativa dos senhores em algumas localidades mineiras[18]. De fato, pela lista nominativa de 1822 com que trabalhamos, na Freguesia de Catas Altas, Termo de Mariana, 76,9% da população livre eram composta por pessoas de cor (pardos, crioulos ou negros), 81,6% dos chefes de domicílio e 54,2% dos proprietários também o eram. Estes dados são uma prova evidente da possibilidade de ascensão dessa população em Minas Gerais.

Tabela 7: Razão Criança/Mulher e Razão de Dependência da Pop. Escrava em Mariana - 1750-1850[19]

ANO	Razão criança/ mulher(1)	R.D. entre todos os escravos(2)	R.D. entre escravos crioulos
1750	1,14	0,99	1,35
1760	0,73	0,87	1,33
1770	1,16	1,30	1,26
1780	1,09	1,09	1,20
1790	0,77	0,98	0,93
1800	0,93	0,96	1,43
1810	0,93	1,02	1,31
1820	1,01	1,01	1,08
1830	0,93	0,83	1,11
1840	1,00	0,91	1,36
1850	0,80	0,81	1,12
1750-1850	0,95	0,94	1,20

Fonte: Inventários do I e II ofícios - C.S.M.
(1) Seguimos as indicações de Schwartz que calcula esta taxa dividindo o número de crianças com idade entre 0 a 9 anos pelo número de mulheres com idade de 15 a 44 anos.
(2) R.D. = Razão de dependência. Seguindo Schwartz, esta é calculada dividindo-se o número de indivíduos com menos de 15 e mais de 44 anos (supostamente menos produtivos) pelo número de adultos em idade produtiva (15-44 anos).

Maurício Goulart chama a atenção para o enorme contingente de pessoas livres de cor existente em Minas e traz dados interessantes para esta discussão[20]:

18 Luna, Francisco Vidal, Cano, Wilson, op. cit., 1983, p.5-6.
19 Os inventários não são as melhores fontes para a análise destes indicadores. É possível que com outros tipos de fontes estes números se tornassem mais precisos e esclarecedores. De qualquer forma, nos parece válido pelo menos inferir algumas questões, já que, só com os dados dos inventários, não podemos dar explicações definitivas sobre as flutuções destas taxas.
20 Goulart, Maurício, *Escravidão africana no Brasil*, São Paulo: Martins Fontes, 1950, p.158.

Ano	População Total	População forra	% de forros na pop.
1786	362.847	123.048	35%
1805	407.004	140.188	34,4%
1808	433.049	177.593	41%
1821	514.537	206.643	40,3%

Voltando a Vidal Luna e Wilson Cano, eram duas as causas dessa mobilidade. De um lado a desproporção exacerbada entre os sexos, mesmo entre a população livre, que acabava estimulando o intercurso sexual entre senhores e escravas, conferindo a elas e às suas crias maiores chances de serem alforriadas. Por outro lado:

> *(...) a forma como se organizou a lide mineira possibilitou aos cativos um grau de liberdade de ação relativamente elevado; por mais rigoroso e constante que fosse o controle exercido sobre os cativos, em particular na lavagem do cascalho, necessitava-se contar com sua iniciativa e responsabilidade na localização tanto das partículas de ouro como dos diamantes. Por esse motivo os mineradores viam-se obrigados a estimular seus cativos das mais variadas formas*[21].

Um indicador de que entre as mulheres a freqüência de alforrias era maior, pode ser obtido ao compararmos a porporção de idosos entre a população escrava masculina e feminina. Pelo quadro abaixo, percebemos que tanto entre os homens quanto entre as mulheres, a proporção de idosos (>= 50 anos) declinou no decorrer do período. Além disso, a proporção de pessoas idosas sempre foi muito menor entre as mulheres. O que estaria acontecendo com as mulheres mais velhas? Será que havia uma maior taxa de mortalidade entre as mulheres nesta faixa? Ou será que no avançar da vida de uma escrava esta tinha muito mais chances de ser alforriada que seus companheiros de condição? Nos parece mais plausível a segunda destas possíveis respostas. A existência da perspectiva de poderem em algum momento de suas vidas se tornarem livres pode ter estimulado as mulheres cativas a procriarem ou, pelo menos, a terem a procriação como algo menos terrível.

21 Idem., p.6.

Proporção de Idosos entre a População Cativa de Mariana por Sexo

	1750-1770	1780-1810	1820-1850
HOMENS	28,2%	21,1%	15,9%
MULHERES	15,5%	8,7%	10,2%

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

Com a apresentação desses dados não queremos argumentar que a escravidão em Minas Gerais teria sido uma instituição benevolente. São muitos os relatos contemporâneos ao período que falam, por exemplo, da baixíssima expectativa de vida dos escravos, que trabalhavam por muitas horas dentro da água na lavagem do cascalho. Além disso, a grande freqüência com que aparecem descritos troncos, colares, correntes, e ainda, o considerável contingente de escravos doentes e aleijados presentes nos inventários, não deixam dúvidas quanto às condições de extremo suplício a que estavam sujeitos os escravos. Simplesmente, o que se quer sugerir é que, pelas características específicas da economia mineira, comparativamente a outras regiões, parece ter sido mais possível escapar pelas brechas do sistema à condição servil.

O declínio da mineração aurífera, a condução da economia para as atividades de subsistência para abastecer o mercado interno, o predomínio dos pequenos e médios plantéis e a conseqüente proximidade entre senhores e escravos daí advinda, devem ter contribuído para reduzir os níveis de exploração da mão-de-obra cativa. Esses fatores aliados às características históricas seculares da atividade mineradora anteriormente descritas, podem ter facilitado o crescimento natural entre os escravos.

Dois outros indicadores nos parecem definitivos para a comprovação de que o crescimento natural teve um papel importante, senão fundamental, na reposição da mão-de-obra cativa no decorrer do período.

O 1º Desses indicadores diz respeito ao aumento do número de crianças (0 a 14 anos) na população cativa. Pela tabela VIII é possível perceber que cresce a participação de crianças na composição da população escrava que, de 20,9% no período de 1750 a 1770, passa para 22,3% entre 1780 e 1810, atingindo 29,4% no último período em questão, 1820 a 1850. Ou seja, entre 1820 e 1850, quase um terço da população cativa presente nos inventários de Mariana era composta por crianças! Quando tomamos somente a

população de escravos crioulos, verificamos que esta porcentagem atingiu níveis muito mais elevados variando em torno de 41 a 51%.

Tabela 8: Distribuição da População Escrava por Faixa Etária em Mariana-1750-1850

Faixa Etária	1750-1770 Nº	1770 %	1780-1810 Nº	1810 %	1820-1850 Nº	1850 %
0-14	73	20,9	236	22,3	440	29,4
15-40	167	47,7	535	50,5	771	51,4
+ 40	110	31,4	288	27,2	288	19,2
Total	350	100	1059	100	1499	100

Fonte: Inventários do I e II ofícios - C.S.M.

Além disso, temos o aumento proporcional do número de mulheres em idade mais propícia à procriação na composição da população. Ou seja, na faixa etária de 15 a 40 anos a porcentagem de mulheres passa de 25,1% no primeiro subperíodo para 30,5% no segundo, e atinge 37,3% nos últimos anos analisados (ver tabela IX). Tais dados apontam mais uma vez no sentido de uma maior possibilidade para o crescimento vegetativo do plantel no decorrer do período analisado.

Tabela 9: Composição da População Escrava por Sexo e Faixa Etária Mariana - 1750-1850

Faixa Etária	1750 a 1770 %Homens	%Mulheres	1780 a 1810 %Homens	%Mulheres	1820 a1850 %Homens	%Mulheres
0-14	53,4	46,6	54,7	45,3	58,8	41,2
15-40	74,9	**25,1**	69,5	**30,5**	62,7	**37,3**
>40	80,7	19,3	84,0	16,0	68,4	31,6

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

O que se conclui do que foi exposto até aqui é que a população escrava de Minas Gerais esteve em crescimento durante todo o período por nós analisado. Tal crescimento se fez conjugando constantes importações de escravos africanos e um crescimento vegetativo maior do que o característico dos sistemas escravistas de outras regiões do país e que tendeu a aumentar à medida em que a economia se voltava definitivamente para as atividades agropecuárias de caráter mercantil. Ou seja, temos o quadro de uma economia dinâmica, capaz de gerar recursos para novas im-

portações, paralelamente ao desenvolvimento histórico de uma possibilidade de crescimento vegetativo da população escrava, inicialmente ligada ao tipo de organização da atividade mineradora desenvolvida pela região e que foi ao longo do tempo mais aprofundada.

Criação de Laços: A Família Escrava em Mariana

Já sabemos que a população escrava em Mariana permaneceu sendo fundamental para o funcionamento dessa sociedade e como variou a posse dessa preciosa propriedade. Sabemos também de seus aspectos demográficos mais gerais. Resta-nos entender como viviam estes cativos, que relações estabeleciam entre si.

A primeira constatação surpreendente é o baixo número de pessoas envolvidas em algum tipo de relação de parentesco, principalmente se comparados aos índices encontrados para outras regiões. Utilizando-se do mesmo tipo de fontes, Florentino e Goés encontraram para a região do agro fluminense um percentual variando entre 24,7 e 35,5 de escravos aparentados[22]. A surpresa da primeira impressão logo se defaz quando analisamos tais dados à luz da estrutura de posses (tabela 10). É já fartamente comprovado pela historiografia que as relações de parentesco se desenvolvem com mais freqüência em grandes plantéis. Quanto maior o número de grandes plantéis maior será o número de relações familiares e o número de famílias escravas. Ora, em Mariana o número de plantéis com mais de 20 escravos nunca ultrapassou os 17,2% do total. A tendência foi mesmo a de declínio deste número chegando no último período a representar não mais que 7,9%. Já no Rio de Janeiro este percentual variou entre 19,6% e 32,7%.

Associado a esta primeira explicação também se juntam as observações destes autores sobre a relação entre tráfico e parentesco. Segundo eles, é nos momentos de maior incremento do tráfico africano que se tornavam mais freqüêntes os laços de parentesco. Isto porque, quanto maior o desembarque de negros no Brasil, mais se exarcebavam as possibilidades de conflito entre senhores e escravos, e entre os próprios escravos. Nesta conjuntura o estabelecimento de relações de parentesco tornava-se extremamente importante para a "pacificação" das senzalas, tanto paro o próprio cativo se proteger das rivalidades com os demais quanto para o senhor.

22 Florentino, Manolo, Góes, José Roberto, Das práticas que instauram a paz parental entre os escravos: Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX, (texto inédito), 1995.

Tomando a proporção de africanos na população cativa como medida do tráfico para a região, tal assertiva se revela extremamente pertinente para explicar os dados que encontramos para a população escrava de Mariana. O número de escravos aparentados decai à medida que diminui a porcetagem de africanos na população total (tabela 10).

Tabela 10:Variação das Taxas (%) de Grandes Plantéis, de Africanidade e de Escravos Aparentados nos Inventários de Mariana, 1750-1850

Períodos	# escravos	# parentes	% parentes	% africanos	% grandes plantéis
1750-1770	381	90	23,6	56,7	17,2
1780-1810	1115	226	20,3	45,8	9,1
1820-1850	1596	235	14,7	34,0	7,9

#: Números absolutos
Fonte: Inventários dos I e II Ofícios - C.S.M.

Outros dados reforçam a tese presente na historiografia sobre os grandes plantéis serem os responsáveis pela maior freqüência de parentesco. Pela tabela XI percebemos que no mínimo 64,3% e no máximo 80% dos grandes plantéis tinham a presença de relações de parentesco entre os escravos. Já nos pequenos nunca mais que em 20,4% deles se verificava o parentesco. Ademais, em todo o período analisado os grandes plantéis foram responsáveis pela concentração da maior parte das famílias, mesmo no último subperíodo quando a distribuição entre os plantéis esteve mais equilibrada.

Além da própria diminuição numérica dos grandes plantéis, a tendência ao aumento de plantéis pequenos e médios com parentesco, e do número de famílias por eles concentrado no decorrer do período, se explica pelo grande aumento de famílias matrifocais – predominantes neste tamanho de plantel –, em detrimento das nucleares[23]. A porcentagem de escravos casados, dentre a popula-

23 Entendemos por famílias nucleares aquelas compostas pelo casal com ou sem filhos; matrifocais aquelas compostas por mães solteiras com sua prole; extensas aquelas com presença de mais de uma geração. Em todo o período só encontramos 1 família patrifocal e 2 extensas.

ção com idade igual ou maior a 15 anos, também diminuiu bastante no decorrer do período, passando de 13,4% para 7% no segundo período e voltando a ter um pequeno crescimento no último subperíodo quando atinge não mais que 8,6%.

Tabela 11: Freqüência de Laços de parentesco e Distribuição (%) das Famílias Escravas por FTP nos Inventários de Mariana - 1750-1850

FTP	1750 a 1-10	11-20	1770 + 20	1780 a 1-10	11-20	1810 +20	1820 a 1-10	11-20	1850 +20
# plantéis	14	10	5	79	21	10	127	35	14
# plantéis c/ parentes	2	5	4	15	15	8	26	15	9
% plantéis c/ parentes	14,3	50,0	80,0	19,0	71,4	80,0	20,5	42,9	64,3
# famílias	2	7	15	16	26	33	33	28	35
% famílias	8,3	29,2	62,5	21,3	34,7	44,0	34,4	29,2	36,4
% casados*		13,4			7,0			8,6	

* Percentagem total de escravos casados na população com idade maior ou igual a 15 anos.
#: Números absolutos
Fonte: Inventários I e II Ofícios C.S.M.

Detenhamo-nos um momento no tipo de família que predominou em cada subperíodo. As famílias formadas através da instituição do casamento[24] representaram nunca menos que 38,7% no segundo subperíodo e atingiram 79,2% no período entre 1750 e 1770 (tabela XII). Neste aspecto nossos dados vão de encontro aos encontrados por Florentino e Góes[25]. Estes autores constataram uma maior presença de famílias matrifocais em momentos de aceleração do tráfico. O que nos parece que poderia explicar este grande aumento do número de mães solteiras é a diminuição da razão de masculinidade na população cativa que, como já vimos foi constante no avançar do período, principalmente entre a população adulta. A proporção de homens na população escrava com idade entre 14 e 50 anos passou de 75,3% no primeiro período, para 68,6% no segundo, e chegou a 62,9% no período final. Ou seja, os casamentos eram

24 Estamos tomando como casados aqueles escravos que aparecem descritos nos inventários como mulheres ou maridos de alguém.
25 Florentino, Manolo, Góes, José Roberto, op.cit., 1995.

mais freqüentes em momentos que a oferta masculina era mais acentuada. É possível também que tenha havido uma predisposição maior das escravas para procriar, vinculada, talvez, ao abrandamento das relações senhor/escravo a medida em que a economia passava a se centrar nas atividades voltadas para o abastecimento do mercado interno.

Tabela 12: Flutuações (%) dos Tipos de arranjos Familiares Escravos nos Inventários de Mariana - 1750-1850

TIPOS DE FAMÍLIA	1750 #	a %	1770 MM	1780 #	a %	1810 MM	1820 #	a %	1850 MM
nuclear c/filho	8	33,4	2	12	16,0	2	37	38,5	2
nuclear s/filho	11	45,8	5	17	22,7	4	6	6,3	4
matrifocaf	5	20,8	3	45	60,0	3	52	54,2	3
extensa	-	-	-	1	1,3	6	1	1,0	3
TOTAIS	24	100	3	74	100	3	96	100	2
ilegitimidade*		22,5			67,2			89,6	

#: números absolutos
%: percentual do total de famílias
MM: Número médio de membros
*: % total de ilegitimidade na população escrava.
Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.

Vejamos agora como variaram os arranjos matrimoniais por naturalidade no decorrer do período. Pela tabela XIII torna-se evidente que a maioria dos casamentos realizados tinha por cabeça o homem africano. Os homens africanos tendiam a se casar com mais freqüência que os crioulos. No mínimo 73,1% (último subperíodo) dos maridos era composta por africanos, chegando a alcançar 89,7% entre 1780 e 1819. Estes dados parecem revelar que para os africanos o casamento funcionava como uma estratégia de estabelecimento de parentesco. Entre os crioulos tal estratégia não era tão premente já que, todo crioulo era no mínimo filho de alguém e, portanto, já possuia algum laço de parentesco sem precisar necessariamente de se casar.

Tabela 13 : Distribuição (%) dos Casamentos por Naturalidade dos Cônjuges em Mariana*

TIPO ARRANJO	1750 a 1770 #	%	1780 a 1810 #	%	1820 a 1850 #	%
AF X AF	18	47,4	10	34,5	6	23,1
CR X CR	3	7,9	3	10,3	7	26,9
AF X CR	15	39,5	16	55,2	13	50,0
CR X AF	2	5,3	-	-	-	-
MISTOS 17	44,7	16	55,2	13	50,0	
TOTAL 38	100	29	100	26	100	

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

* Para a confecção desta tabela além dos inventários dos anos terminados em 0, foram usados outros 8 inventários levantados a partir de uma lista de homens ricos da região.

OBS1: CR = crioulo; AF = africano.

OBS2: O primeiro indica sempre o marido.

Já vimos as altas taxas de masculinidade existentes entre a população escrava de Mariana. Mesmo assim para efeito de comparação montamos a tabela abaixo. Parece-nos possível afirmar que o número de casamentos endogâmicos está relacionado à razão de masculinidade. Explicando melhor, comparativamente a outras regiões Mariana teve uma menor proporção de casamentos endogâmicos. em Lorena (São Paulo) os casamentos endogâmicos representavam 67% dos arranjos. No meio rural do Rio de Janeiro alcançavam 60,4%. Já em Mariana este número variou entre 44,8% e 55,3%. A partir dai, é possível inferir que, ao contrário de outras localidades em Mariana os casamentos mistos tiveram uma maior proporção justamente pela existência de uma desproporção tão exarcebada entre os sexos, principalmente entre os cativos de origem africana. Lorena que apresentava os maiores índices de casamentos endogâmicos tinha 120,3 de razão de masculinidade, taxa muitíssimo menor que a de Mariana que era de 201,1.

Tabela 14: Comparação das Taxas de Africanidade e dos Casamentos Endogâmicos

LOCAL	Razão de masculinidade	% casamentos endogâmicos	% casamentos AF X AF
Mariana (1750-1850)	201,1	50,5	72,3
Meio rural RJ(1860)	128,8	60,4	91,8
Lorena SP (1801)	120,3	67,0	42,1

Fonte: Mariana: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.
Meio rural do Rio de Janeiro e Lorena: vide nota.[26]

26 Simonato, Andréa, "Algumas considerações sobre o parentesco entre os cativos: Agro Fluminense, 1860", *Cadernos do LIPHIS* n.1, 63-73, 1995; Costa, Iraci Del Nero da, Slenes,

Em Mariana, pelo menos até 1819 entre os casamentos endogâmicos os cônjuges de origem africana representaram a imensa maioria dos arranjos e este número foi maior quando o tráfico era mais intenso. No primeiro subperíodo 54,5% dos homens africanos casados o eram com mulheres de mesma origem (africana). Entre 1780 e 1819 este número era de 38,5%. E, no período que apresentava a menor taxa de africanidade a procentagem de africanos casados com mulheres africanas não passou dos 31,6% do total de homens africanos casados. Quando havia disponibilidade de mulher africana casava-se com esta. Só quando esta oferta estivesse esgotada é que se procuravam companheiras de outra origem.

Parece-nos que a preferência inicial era por casar-se com mulheres de mesma nacionalidade, mas também atuava na escolha da esposa a variável fertilidade. Os homens escravos preferiam as mulheres bem mais jovens para se casarem.

As tabelas XV, XVI E XVII são bastante exclarecedoras a este respeito. Vejamos. Nos arranjos matrimoniais dos escravos de Mariana sempre predominaram os casamentos onde o marido era mais velho que a esposa. Durante todo o período não menos que em aproximadamente 72% dos casos os homens eram em média 12 anos mais velhos que suas esposas. Arranjos em que a esposa fosse mais velha eram minoritários. Poucas mulheres (durante os 100 anos, somente 11 casos) se casavam com parceiros mais jovens. Quando isto ocorria a diferença de idade entre os cônjuges (em média 8 anos) era bem menor que a verificada nos arranjos onde o homem era mais velho (12 anos em média).

Tabela 15: Distribuição (%) dos Casamentos por Diferenciação Etária e Sexual dos Cônjuges Escravos - Mariana 1750-1850

Período	Total de arranjo s	Tipos Marido + velho #	%	arranjo Esposa + velha #	%	Mesma idade #	%
1750-1779	39	31	79,5	3	7,7	5	12,8
1780-1819	27	21	77,8	2	7,4	4	14,8
1820-1850	39	28	71,8	6	15,4	5	12,8
1750-1850	105	80	76,2	11	10,5	14	13,3

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

Robert W., Schwartz, Stuart B., "A família escrava em Lorena (1801)", *Estudos Econômicos*, n. 17 (2): 245-295, São Paulo: maio-ago, 1987.

A presença de filhos era muito maior entre os casamentos de maridos mais velhos que esposas. Em torno de 46% destes tinham a presença de 3 crianças em média. Ao passo que entre aqueles 11 casos de esposas mais velhas, somente em 1 (9%) havia um único filho. Tal fato se explica pela idade média muito mais avançada entre as mulheres neste tipo de arranjo. As esposas mais velhas que seus maridos tinham idades que variaram entre 40 e 47 anos, enquanto entre as esposas mais jovens a média de idade flutuou de 30 a no máximo 36 anos. Portanto, estas últimas tinham idades ainda muito possível para a procriação. Estas constatações corroboram as hipóteses de Florentino e Góes[27] sobre a existência de uma espécie de monopólio dos homens mais idosos sobre as mulheres férteis, principalmente quando verificamos que a idade média entre os homens nos dois tipos de arranjo tem um comportamente inverso à das mulheres. Um homem casado com uma mulher ainda fértil de 34 anos tinha em média 45 anos. Já um cativo de aproximadamente 34 anos que se casasse com uma mulher mais velha teria de se juntar a uma esposa com menores chances de procriação já que esta estaria em média com 41 anos.

Tabela 16: Variação da Média de Diferenciação Etária entre os Cônjuges Escravos em que o Marido é mais Velho que a Esposa: Mariana - 1750-1850

Período	#	Tempo médio* de diferença	% de casais com filhos	Número médio de filhos	Idade média do marido	Idade média da esposa
1750-1779	31	13	61,3	3	49	36
1780-1819	21	14	66,7	3	43	30
1820-1850	28	9	14,3	1	42	34
TOTAL	80	12	46,3	3	45	34

* Quantos anos em média o marido é mais velho que a esposa.

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

27 Florentino, Manolo, Góes, José Roberto, op. cit., p. 14.

Tabela 17: Variação da Média de Diferenciação Etária entre os Cônjuges Escravos em que a Esposa é mais Velha que o Marido Mariana - 1750-1850

Período	#	Tempo médio* de diferença	% de casais com filhos	Número médio de filhos	Idade média do marido	Idade média da esposa
1750-1779	3	7	-	0	40	47
1780-1819	2	4	-	0	34	38
1820-1850	6	10	16,6	1	31	40
TOTAL	11	8	9,1	1	34	41

* Quantos anos em média a esposa é mais velha que o marido.

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

Além disso, nos casamentos de esposas mais velhas para os quais foi possível saber a origem dos cônjuges (9 casos), somente 3 maridos eram nascidos no Brasil. É possível que casar com mulher mais velha fosse prática das mais comuns entre os cativos africanos que eram os que tinham mais necessidade do casamento para a criação de laços de parentesco. Ou seja, em último caso, quando não houvesse mais mulheres em idade fértil disponível, os africanos acabavam dispondo-se a casar com escravas mais velhas.

Uma última observação diz respeito à idade com que a mulher escrava iniciava e terminava o seu período de procrição. Embora a média de idade do período inicial da procriação tendesse a aumentar no decorrer do período, o intervalo entre o nascimento dos filhos passou a ser bem menor. Além disso, as cativas passaram a esticar por mais tempo a sua capacidade de gerar filhos. Tomando a idade do último filho de todas as mulheres com idade igual ou superior a 45 anos percebemos que, se entre 1750 e 1779 a idade limite para se gerar uma criança ficava na média em torno dos 42 anos, entre 1820 e 1850, quando o intervalo entre um o nascimento de um filho e outro também era menor, as escravas chegavam a ter sua última procrição por volta dos 46 anos. Portanto, a capacidade de reprodução das cativas não foi muito alterada com o fato do primeiro filho ser gerado mais tarde. Afinal, demorava-se mais para ter o primeiro filho mas também para parar de tê-los.

Tabela 18 : Início e Fim da Procriação, e Intervalação Genésica entre as Escravas de Mariana - 1750-1850

Período	Início da procriação #	Início da procriação ANOS	Fim da procriação #	Fim da procriação ANOS	Intervalo genésico #	Intervalo genésico MESES
1750-1779	17	18	4	42	11	34,5
1780-1819	33	20	6	37	13	34,5
1820-1850	32	21	6	46	9	24,0

Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.
OBS: Para o início da procriação e intervalação genésica tomamos todas mulheres <= 29 anos
Para a média de idade do fim da procrição tomamos todas as mulheres com idade >=45

Rearfirmando a hipótese de que os escravos africanos se casavam mais que os crioulos, percebemos pela tabela XIX que a proporção de homens casados era maior quando o número de africanos dentro da população masculina adulta também era maior. Entre as mulheres o mesmo movimento se repete. Quanto maior o número de cativas de origem africana, maior a proporção de mulheres casadas (tabela XX).

De modo geral, o número de mulheres casadas tendeu a ser maior nos momentos em que a razão de masculinidade na população cativa era maior. Diminuindo-se a proporção de homens na população também diminuia o percentual de mulheres casadas, que passou de 30,2% no primeiro subperíodo, para 14,1% no segundo, e era de somente 9,4% no período final analisado. Tendencialmente as mulheres africanas sempre se casavam mais que as crioulas. Entre 1750 e 1770 população feminina crioula tinha 26,7% de mulheres casadas ao passo que entre as africanas este número era de 33,3%. Esta relação permanece entre 1780 e 1810. No entanto a tabela XIX revela que, no último subperíodo as crioulas passaram a ter uma maior proporção de casadas que as africanas. O que explicaria este movimento? Inicialmente pensávamos que diante da preferência pelas mulheres mais férteis talvez as africanas estivessem mais envelhecidas que as crioulas. Tal fato não se revelou. 76,9% das mulheres africanas tinham entre 15 e 40 anos de idade neste período. Entre as crioulas o percentual era de 75,5%. Portanto, a proporção de mulheres jovens era muito parecido entre as diferentes origens. Parece-no que é o crescente número de crioulos entre a população masculina que explique tal situação. Afinal, em-

bora estes últimos se casassem com menos freqüência que os africanos, quando o faziam preferiam se ligar a mulheres da mesma origem. 100% dos crioulos que se casaram entre 1820 e 1850 o fizeram com mulheres nascidas no Brasil.

Concluindo, entre a população cativa as mulheres se casavam muito mais freqüêntemente que os homens. O que não é de se estranhar já que, mesmo se todos os homens estivessem dispostos a se casar não haveria mulher suficiente. No mínimo 9,4% e no máximo 30,2% das mulheres adultas eram casadas. Ao passo que entre os homens adultos o número de casados variou entre no mínimo 5% e no máximo 8,5% e este número se reduzia ainda mais se considerarmos unicamente a população masculina crioula. O número de mulheres casadas foi maior exatamente quando era maior a desproporção entre os sexos. À primeira vista seria possível supor que as mulheres tivessem então prioridade para escolher o cônjuge. No entanto, a grande proporção de maridos mais velhos e a grande diferença de idade destes para as suas esposas fazem-nos desconfiar desta hipótese. Além do mais, os africanos se casavam com muito maior freqüência que os crioulos. No mínimo 62,5% e no máximo 94,4% dos homens casados eram de origem africana.

Se acrescentarmos a estes dados a constação de que, à medida em que diminui o percentual de homens africanos aumenta muito o número de mães solteiras e que dentre estas predominavam as mulheres africanas, parece-nos ainda mais plausível a hipótese de que havia entre os africanos maior necessidade de estabelecimento de laços parentais, seja por meio do casamento ou pela procriação.. Ou seja, a urgência de estabelecer laços parentais entre os cativos africanos é que definiu a existência de um maior percentual de casados entre estes e um maior número de mães solteiras comparativamente à população crioula.

Tabela 19: Variação da Proporção de Escravos do Sexo Masculino Casados por Origem: Mariana - 1750-1850

	1750 a 1779		1780 a 1819		1820 a 1850	
	#	%	#	%	#	%
Total de homens adultos*	211		595		637	
Homens adultos africanos	171	81,0	467	78,5	364	57,1
Homens adultos crioulos	40	19,0	128	21,5	273	42,9
Homens adultos casados	18	8,5	30	5,0	40	6,3
% de africanos dentre os casados	17	94,4	27	90,0	25	62,5
% de crioulos dentre os casados	1	5,6	3	10,0	15	37,5
% de homens africanos casados	17	9,9	27	5,8	25	6,9
% de homens crioulos casados	1	2,5	3	2,3	15	5,5

Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.
* Total de homens adultos para os quais foi possível identificar a origem.

Tabela 20:Variação da Proporção de Escravos do Sexo Feminino Casados por Origem: Mariana - 1750-1850

	1750 a 1779		1780 a 1819		1820 a 1850	
	#	%	#	%	#	%
Total de mulheres adultas*	63		198		351	
Mulheres adultas africanas	33	52,4	57	28,8	78	22,2
Mulheres adultas crioulas	30	47,6	141	71,2	273	77,8
Mulheres adultas casadas	19	30,2	28	14,1	33	9,4
% de africanas dentre as casadas	11	57,9	11	39,3	6	18,2
% de crioulas dentre as casadas	8	42,1	17	60,7	27	81,8
% de mulheres africanas casadas	11	33,3	11	19,3	6	7,6
% de mulheres crioulas casadas	8	26,7	17	12,1	27	9,9
% de mães solteiras dentro da população feminina adulta		7,9		22,7		14,8

Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.
* Total de mulheres adultas para as quais foi possível identificar a origem.

Título População e Família
Editor de Arte Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros
Diagramação Walquir da Silva
Arte-final e Capa Erbert Antão da Silva
Revisão de Textos Ana Cristina Bastos de Oliveira, Bertholdo Mauricio da Costa, Carolina Moreira do Vale, Eliane Cristina Lopes, Gabriela Aidar, Leandra Elena Yunis, Mauro Soares Cordeiro, Tarcísio Rodrigues Botelho
Revisão de Provas Gabriela Aidar
Divulgação Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Formato 16 x 22 cm
Mancha 11,5 x 19 cm
Papel off-set 75 g/m² (miolo)
cartão branco 180g/m² (capa)
Tipologia Formal scrp 421 bt e Bookman old style
Impressão da capa Quadricomia
Impressão e Acabamento Seção Gráfica - FFLCH/USP
Número de páginas 261
Tiragem 600